

Área temática: Ensino de Administração

AUTORES

DANIELA MEIRELLES ANDRADE

Universidade Federal de Lavras
danimeirellesandrade@hotmail.com

CLEBER CASTRO DE CARVALHO

Universidade Federal de Lavras - UFLA
clebercastro@dae.ufla.br

OSWALDO HENRIQUE DE OLIVEIRA MACHADO

Universidade Federal de Lavras
uaioswaldo@hotmail.com

A formação de comunidades de prática no processo de ensino e aprendizagem

Resumo

As comunidades virtuais estão presentes na realidade dos internautas. Neste contexto, percebe-se o crescimento da criação de comunidades virtuais com o propósito acadêmico. Um exemplo é a criação de uma comunidade virtual formada por alunos do curso de administração da Universidade Federal de Lavras (UFLA). O objetivo deste trabalho é avaliar se a comunidade virtual, formada por estes alunos, funciona como uma comunidade virtual de prática voltada para o processo de ensino e aprendizagem. O interesse por tal comunidade surgiu da experiência de um docente ao perceber que a mesma proporciona uma integração entre seus membros. Os principais conceitos teóricos estudados são redes sociais, ao capital social comunidade virtual, comunidade de prática e aprendizagem. Realizou-se uma entrevista com o coordenador e aplicou-se questionário aos membros da comunidade. Constatou-se que a comunidade virtual pesquisada pode ser caracterizada como uma comunidade virtual de prática, por apresentar diversas funcionalidades existentes (Wenger, 1998). A comunidade pesquisada funciona como propulsora da aprendizagem organizacional, pois transforma, modifica ou cria novas práticas. Pensando sobre a ótica do ensino, este tipo de meio é uma nova opção para o processo de ensino e aprendizagem desenvolvida pelas universidades.

Palavras Chaves: rede social, comunidade de prática, ensino e aprendizagem

The formation of communities of practice in the teaching and learning

Abstract

The virtual communities are present in the reality of the internet. In this context, one sees the growth of virtual communities with the academic purpose. An example is the creation of a virtual community formed by students of administration of the Federal University of Lavras (UFLA). The aim of this study is to assess whether the virtual community formed by these students, operates as a virtual community of practice focused on the process of teaching and learning. The interest in this community emerged from the experience of a teacher to realize that it provides an integration between its members. The main theoretical concepts are studied social networks, virtual community social capital, community of practice and learning. We conducted an interview with the coordinator and applied a questionnaire to community members. It was found that the virtual community studied can be characterized as a virtual community of practice, it has several existing features (Wenger, 1998). The community studied works like driving organizational learning, it transforms, modifies or creates new practices. Thinking about the perspective of education, this type of environment is a new option for teaching and learning developed by universities.

Keywords: social network, community of practice, teaching and learning

1- Introdução

No mundo atual as comunidades virtuais cada dia estão mais presentes na realidade dos internautas. Cria-se comunidades para os mais diversos fins e objetivos. Em meio a este contexto percebe-se o crescimento de criação de comunidades virtuais com o propósito acadêmico, no sentido de contribuir para a troca de informação e conhecimento entre seus membros favorecendo o processo de ensino e aprendizagem.

As comunidades virtuais são fortalecidas, desenvolvidas e ampliadas pelo capital social presente nas relações entre os diversos atores que compõem a rede social podendo gerar a inovação por meio do compartilhamento de conhecimentos e práticas, ao que se denomina comunidade virtual de prática.

O interesse por tal tipo de comunidade surgiu da experiência de um docente, ao perceber como que este tipo de rede proporciona uma integração entre os membros que a compõe, bem como possibilita a troca de diversos tipos de informação. O problema de pesquisa emerge da questão que vincula até que ponto uma rede social pode funcionar como uma comunidade virtual de prática? Assim, o objetivo deste trabalho é avaliar se a rede social pesquisada funciona como uma comunidade virtual de prática voltada para o processo de ensino e aprendizagem. Para tanto, realizou-se uma entrevista com o coordenador, de acordo com os padrões propostos por Wenger (1998) para identificar se a comunidade virtual formada por alunos do curso de administração da Universidade Federal de Lavras possui características para considerá-la como uma comunidade virtual de prática. Em seguida aplicou-se questionário aos membros da comunidade com o objetivo de identificar o tipo de troca existente na mesma, além de perceber algum tipo de mecanismo de coordenação.

Assim, este trabalho está estruturado em quatro seções. A primeira refere-se a introdução onde é apresentada uma visão geral do tema, problema, objetivos e justificativas do estudo. Na segunda são apresentados conceitos teóricos referentes ao capital social e às redes sociais, bem como noções sobre comunidades de prática, as quais funcionam como facilitadoras do processo de aprendizagem. Na terceira seção são discutidos os métodos e procedimentos utilizados. Na quarta seção apresenta-se os resultados. Ao final são apresentadas as considerações finais e referências bibliográficas.

2- Referencial Teórico

2.1- Capital social e redes sociais

A noção de capital social versa sobre dois aspectos centrais. Por um lado, é um recurso coletivo presente na comunidade e na sociedade, como trabalhado por Putnan (2007). Por outro, a noção de ativo individual como trabalhado por Bourdieu (2009) e Coleman (1988).

Capital social para Putnan (2007, p. 177) é construído a partir de “(...) organizações sociais, tais como redes sociais. As normas e confiança estabelecida entre os membros do grupo facilitam a coordenação e cooperação com vista a benefícios mútuos”. Ou ainda, como “um conjunto de laços e normas de confiança e reciprocidade contidas numa comunidade ou organização que facilita a produção de capital físico e capital humano”.

Coleman (1988) considera que capital social ocorre por meio das relações entre as pessoas, sendo um ativo individual. O capital social manifesta-se por diferentes formas como por meio de laços fortes, os quais são difíceis de penetrar. Outra manifestação do capital social é por meio de uma cultura de respeito e reciprocidade, fazendo com que a segurança reine neste local, chegando ao ponto de crianças poderem andar sozinhas nas ruas sem que nenhum mal aconteça com elas. Para Coleman (1988), outra manifestação do capital social ocorre em situações onde existe um laço tão forte de confiança entre os atores que gera uma sensação de complementaridade.

Para Coleman (1988), o capital social não é tangível, ele acontece em meio às relações entre as pessoas. Para o autor é muito difícil de ser analisado empiricamente, apesar de representar algo de extremo valor produzido por determinado grupo. É como se A fizesse algo por B e, no futuro, B deverá recompensar A por aquilo que fez, gerando uma certa obrigação de B em relação a A.

Bourdieu (2009) afirma que o capital social está associado aos indivíduos. Ele apresenta definições para os laços afetivos, os quais são utilizados para demonstrar o grau de capital social existente em uma determinada relação, fruto de investimentos anteriores, presentes nas relações de determinado grupo.

Para Hoffman (2006), o capital social cria valor por meio de conexões entre os indivíduos, o que é desenvolvido por meio de redes de relação, as quais se consolidam com o passar do tempo. A confiança e a reciprocidade são as bases desta relação.

Arregle *et al* (2007) indicam quatro fatores que influenciam o desenvolvimento do capital social, são eles: estabilidade – o que acontece com o tempo, gerando o acúmulo de boa vontade, conforme menciona Bourdieu (2009), além de confiança e normas de cooperação; interação – relações entre as pessoas ao longo do tempo; interdependência entre os membros da rede; e *embedness* ou enraizamento – contatos fortes entre os diversos atores, o que conseqüentemente deve seguir uma norma social de comportamento. Neste sentido, o capital social vai elevando-se, na medida em que ocorre uma interdependência entre os atores (ARREGLE *et al*, 2007). Para Bourdieu (2009), o capital social só aumenta, não é finito e nem desgasta. É uma moeda simbólica que pode ser usada pelos indivíduos sempre que for preciso e, neste sentido, os indivíduos precisam cooperar também.

Vale (2007) sintetiza as duas abordagens principais do capital social, indivíduo e sociedade a partir de um aspecto em comum que é o recurso de natureza relacional, o qual ocorre por meio de redes e de interação e conexão, os quais são capazes de beneficiar um grupo ou um indivíduo, o que está em sintonia com a concepção de capital relacional. Neste sentido, o capital social pode ocorrer por meio de redes densas ou abertas, bem como um recurso interno ou externo à organização, os quais são facilitadores do processo de desenvolvimento e avanço da instituição.

O conceito de rede social perpassa pela noção de capital social, pois a rede é formada por um conjunto de atores, entre os quais existem relações, as quais favorecem o desenvolvimento do capital social. Neste sentido, faz-se necessário compreender teoricamente o que vem a ser uma rede social. Para chegar a tal definição parte-se de um conceito mais genérico de rede, que tanto para Nohria (1992) como para Grandori e Soda (1995) é um conceito multidisciplinar, pois abrange diversos campos do conhecimento, como as ciências sociais, humanas, biológicas e exatas. Procopiuck e Frey (2007) definem redes como um conjunto de organizações agrupadas em torno de ações específicas, nas quais agentes sociopolíticos tentam atingir objetivos em torno de um propósito concreto em que são intercambiados recursos almejando a obtenção de resultados estratégicos individuais e, ao mesmo tempo, comuns aos participantes. As redes podem ser classificadas em três tipos (GRANDORI; SODA, 1995): a) redes sociais, foco deste estudo, caracterizadas pela informalidade nas relações entre os atores; b) redes burocráticas, que celebram acordos relativos ao fornecimento, à organização e às condições de relacionamento, e c) redes proprietárias, que se estruturam por meio de acordos relativos ao direito de propriedade.

As redes sociais são entendidas como um conjunto de nós conectados, os quais podem ser pessoas, grupos ou outras unidades, podendo ser simétricas (distribuição de poder homogênea) ou assimétricas (distribuição de poder heterogênea). A rede social é formada pelo conjunto de pessoas de uma dada população que se conecta, onde o pressuposto fundamental são as relações e interações entre as mesmas (GRANDORI; SODA, 1995; JUNQUEIRA, 2008).

Estas interações, segundo Granovetter (1985, 1973), ocorrem por meio de vínculos, os quais são diferenciados por laços fortes e laços fracos. Para esse autor, laços fortes (parentesco e amizade íntima) são menos importantes do que os vínculos fracos (conhecimentos e afiliação a associações secundárias) para sustentar a coesão comunitária e a ação coletiva. Os vínculos fracos têm maior probabilidade de unir membros em pequenos grupos diferentes do que os vínculos fortes. Considerando o processo de formação das redes, torna-se fundamental um equilíbrio entre laços fortes e fracos, onde um complementa o outro, pois os extremos geram familismo (laços fortes) ou atomismo social (laços fracos). Neste sentido, o fortalecimento dos laços fortes em um primeiro momento é importante para formação de uma base forte, em seguida faz-se necessário a presença de laços fracos para ampliar o raio de confiança entre os diversos atores. Em uma visão complementar a Granovetter (1985, 1973), Burt (1992) afirma que os laços fracos são pontes que superam os buracos estruturais (lacunas que se formam entre atores situados em grupos sociais ou redes distintas).

As redes sociais funcionam como instrumento propulsor da inovação, na medida em que são fortalecidas por laços fortes e fracos. A confiança e a cooperação são aspectos que influenciam as relações dos atores em rede, uma vez que fortificado estes laços, diminui o oportunismo, conforme apresentado por Amato Neto (2001) e Nohria (1992). Para Nohria (1992), dependendo do tipo de vínculo existente entre os atores, no que se refere aos tipos de laços, os mesmos influenciam nas atitudes e comportamentos dos atores. Para Hutt *et al* (2000), o relacionamento em uma rede é a soma da confiança que é construída, por meio da comunicação e pelo processamento de informação entre os atores; da compatibilidade, evidenciado pela formação de laços interpessoais, pela formação de equipes e pelo cultivo de relacionamentos e de comprometimento, ou seja, o papel das pessoas é fundamental para promover e desenvolver as relações interorganizacionais ou interpessoais.

As redes proporcionam a cooperação, pois possibilitam combinar competências e utilizar o conhecimento de outros atores; dividir ônus para realizar pesquisas tecnológicas, por meio do compartilhamento dos conhecimentos adquiridos; partilhar riscos de explorar novas oportunidades (experiências conjuntas); oferecer uma linha de produtos diferenciados e com maior qualidade; e compartilhar recursos, em especial aqueles subutilizados (AMATO NETO, 2001).

A confiança (que pode ser proporcionadas por certificações, reputação e relações passadas) e o estabelecimento de sanções (tais como provisões contratuais e regulações setoriais) são os mecanismos utilizados para lidar com o risco. Em redes sociais a confiança prevalece em relação às sanções (AMATO NETO, 2001).

As redes sociais facilitam a formação de laços, os quais são meios para a geração de fontes de capital social. O resultado desta interação gera fontes inesgotáveis de inovações, as quais poderão ser impulsionadas pela aprendizagem, capaz de transformar uma rede social ou uma comunidade virtual em uma comunidade de prática, a qual possibilita a construção de uma nova realidade social formada por cidadãos conscientes, comprometidos e engajados com uma prática.

2.2- Aprendizagem, comunidades virtuais e comunidades de prática

Esta seção tem como propósito apresentar uma discussão sucinta sobre aprendizagem a partir da qual emerge a noção de comunidade de prática, que é uma maneira de aprender, presente nas relações entre os diversos atores de uma rede social.

A aprendizagem é definida como a capacidade dos membros da rede reforçar a percepção em relação à participação e a socialização. O conhecimento aprendido pelos diversos atores é retido na rede e passado para futuros membros, por meio das mudanças nas rotinas ou crenças. A maior vantagem estratégica de uma rede pode ser conseguida através da

cooperação, porém existem diferentes tipos de estruturas de rede, nas quais a aprendizagem acontece (PROVAN e HUMAN, 1999).

A aprendizagem pode ser trabalhada a partir de duas correntes principais que são a cognitivista e a socioprática. A primeira tem um foco mais centrado no indivíduo como responsável integral pelo processo de aprender e a segunda tem uma perspectiva histórica baseada nas relações entre os indivíduos, caracterizando a aprendizagem como um caráter mais coletivo. Ou seja, segundo França-Filho e Schommer (2008), a aprendizagem deve partir das interações sociais entre as pessoas em contextos sociopráticos, ao contrário da abordagem cognitivista tradicional, que focaliza os processos cognitivos que ocorrem na mente dos indivíduos.

A aprendizagem, segundo Souza-Silva e Schommer (2008), ocorre não somente na mente das pessoas, mas fundamentalmente nas relações sociais entre os indivíduos engajados numa prática, por meio da qual intercambiam experiências, conhecimentos e significados. Ela ocorre em diferentes campos, são eles: na aprendizagem individual; no processo ou sistema; na cultura; no gerenciamento do conhecimento; no desenvolvimento contínuo, na criatividade e na inovação.

A aprendizagem situada tem sua raiz na abordagem socioprática e é captada por meio dos relacionamentos entre pessoas e atores. A comunidade de prática é um conceito vinculado a aprendizagem situada. A aprendizagem situada enfatiza que o processo de aprendizagem a ser desenvolvido pelo novo aprendiz está fortemente vinculado às características materiais, econômicas, simbólicas e sociais do sistema de práticas e das atividades de trabalho de uma determinada comunidade (DIDIER; LUCENA, 2008). A interação entre as pessoas e a vivência de diferentes problemas permitem a construção de um processo de ação e reflexão, a partir dos quais são construídas soluções, a fim de contribuir para que novas demandas de trabalho sejam realizadas de maneira efetiva. Didier e Lucena (2008) definem comunidade de prática como uma agregação informal entre seus membros, além do compartilhamento de visão semelhante em relação a interpretação de eventos.

Uma das abordagens de gestão do conhecimento investiga as redes organizacionais, por meio de comunidades de práticas. Estas comunidades são informais e se sustentam na idéia básica de que as práticas e os novos conhecimentos surgem a partir da interação entre os indivíduos envolvidos em um empreendimento conjunto (BORGATTI; FOSTER, 2003).

As comunidades de prática estão em toda parte (WENGER, 1998). Para exemplificá-las, Wenger (1998) afirma que pertencemos a uma série delas no trabalho, na escola, em casa, nos nossos *hobbies*, dentre outros ambientes. Algumas têm um nome, outras não. De qualquer forma, pertencemos a algum tipo de comunidade de prática. Os membros de uma comunidade estão informalmente vinculados, porque eles fazem juntos diversas atividades e aprendem por meio do compromisso mútuo. Uma comunidade de prática é, portanto, diferente de uma comunidade de interesses ou de uma comunidade geográfica, a qual não implica em uma prática compartilhada.

Christopoulos e Diniz (2008) acrescentam à definição de comunidade de prática a noção de virtualidade, definindo que são grupos informais, criados a partir da união de pessoas interessadas em compartilhar uma prática. Para Cardoso (1998, p.115), comunidade virtual é “um grupo social não sujeito a padrões de dimensão específicos, em cuja base de formação se encontra a partilha de interesses comuns, de tipo social, profissional, ocupacional ou religioso no qual não se procura apenas informação, mas também pertença, apoio e afirmação.” Através dela é possível que os *cibernautas* estabeleçam dentro do mundo virtual novas teias de sociabilidade, laços sociais com pessoas que não conhecem fora da rede e também estabeleçam novas formas de sociabilidade com pessoas que já conhecem previamente do mundo físico. Muitos desses grupos se desenvolvem e se sustentam por

longos períodos. Outros, ao contrário, perecem na fase inicial, antes de a comunidade adquirir sua maturidade e explorar seu potencial de colaboração entre os membros.

Na perspectiva de Maria *et al* (2008), a comunidade de prática é um modelo de desenvolvimento alternativo, na medida em que o ambiente permite gerar a inovação, por meio do compartilhamento de conhecimentos e práticas.

Para Wenger (1998), as práticas geradas neste tipo de comunidade refletem o entendimento de seus membros sobre aquilo que é importante, funcionando como um sistema de auto-organização.

As comunidades de prática podem surgir dentro das empresas, participando de uma memória comum, onde seus membros podem fazer o trabalho sem ter que se lembrar de tudo. Em unidades de negócios, as comunidades são benéficas na medida em que mantém em contato seus pares em várias partes da empresa. Em alguns casos, as comunidades de prática se tornam úteis cruzando as fronteiras organizacionais. Elas cumprem uma série de funções, com respeito à criação, acumulação e difusão do conhecimento em uma organização, pois são “nós” para o intercâmbio e a interpretação das informações, além de poderem reter o conhecimento. Possibilitam ainda formar competências para manter a organização na vanguarda e geram identidade de um grupo (WENGER, 1998).

As comunidades de prática surgem naturalmente, porém Wenger (1998) afirma que as organizações podem desenvolver estratégias para influenciar seu desenvolvimento, o qual em última instância depende de uma liderança interna. Certamente, a fim de legitimar a comunidade como um local de partilha e construção do conhecimento, especialistas reconhecidos precisam estar envolvidos de alguma forma, pois a liderança interna é mais diversificada e distribuída. A liderança pode ser formal ou informal, e pode ser concentrada em um núcleo ou mais amplamente distribuída. Mas em todos os casos, a liderança deve ter uma legitimidade intrínseca na comunidade. Para ser eficaz, portanto, gestores e outros devem trabalhar com as comunidades de prática a partir de seu interior e não apenas na tentativa de projetá-las ou manipulá-las de fora.

Segundo Wenger (1998), um modelo ideal de aprendizagem deve apresentar infraestrutura com características facilitadoras, para os três modos de se pertencer a uma comunidade: engajamento, imaginação e alinhamento. Para suportar o primeiro modo de pertencimento, o modelo apresenta uma infraestrutura de engajamento, que deve incluir facilidades de reciprocidade, competência e continuidade. Para o modo de imaginação, uma a infraestrutura deve considerar as facilidades de orientação, reflexão e exploração. E por último, para o modo de alinhamento, a infraestrutura deve incluir facilidades de convergência, coordenação e de decisão coletiva.

Neste sentido, a comunidade virtual de prática é um mecanismo muito positivo, pois possibilita processos de reflexão e ação da própria prática. Acredita-se que a aprendizagem, acrescida de laços fortes e fracos de capital social, pode favorecer o desenvolvimento de comunidades de práticas.

3- Metodologia

O trabalho é um estudo de caso (YIN, 1990) na medida em que objetivou-se identificar a realidade específica de um determinado grupo em relação à formação de uma comunidade de prática vinculada ao ensino no curso superior de Administração da Universidade Federal de Lavras.

O estudo foi realizado em uma comunidade virtual chamada ADM_UFLA_2009_1, criada em março de 2009, na plataforma *Google Groups* com o propósito de facilitar a troca de informações entre os alunos da turma do primeiro semestre de 2009. Para fazer parte desta rede o novo integrante solicita autorização do administrador da rede, o qual avalia se o membro em potencial poderá ou não fazer parte da rede. Todos os usuários, independente de

seu tempo no grupo, estão habilitados a escrever e fazer qualquer tipo de atividade, ou seja, possuem acesso ilimitado ao grupo, exceto atividades relacionadas ao gerenciamento de membros e do grupo que ficam a cargo apenas do administrador.

A coleta de dados foi feita no mês de junho de 2010, por meio da aplicação de um questionário aos membros da rede e de uma entrevista ao coordenador/articulador do grupo.

O questionário foi composto por 18 questões fechadas envolvendo três aspectos: perfil do membro da rede; objetivo da criação da rede e tipos de informações trocadas; e finalmente questões vinculadas aos benefícios proporcionados pelo acesso a rede. Utilizou uma escala de concordância de cinco pontos tipo *likert*. O questionário foi enviado a todos os 48 membros da rede, sendo que 38 retornaram com as respostas, representando um retorno de 79 % aproximadamente. A entrevista realizada foi semi-estruturada e teve como propósito identificar aspectos relativos à formação de uma comunidade de prática, a partir da existência de uma comunidade virtual de cunho acadêmico.

Os dados quantitativos provenientes do questionário foram tabulados no SPSS® e na sequência foram feitas análises descritivas dos dados. Já os dados qualitativos, levantados a partir da entrevista, foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo.

4- Resultados

Os resultados foram organizados em duas partes: na primeira é apresentada a história e alguns elementos que caracterizam a comunidade pesquisada e na segunda parte é realizada a descrição do perfil dos usuários desta comunidade, bem como identificado os objetivos e os benefícios que proporcionaram a formação e a perpetuação da mesma.

A comunidade virtual pesquisada teve origem em março de 2009, assim que iniciou o primeiro semestre letivo dos calouros em Administração, com o propósito de compartilhar informações referentes ao processo de aprendizagem e ensino durante todo o curso de Administração. Essa comunidade atualmente é formada por 48 membros, cuja participação ainda é pequena em relação ao seu potencial.

Para a comunidade virtual ADM_UFLA_2009_1 ser caracterizada e mantida como uma comunidade virtual de aprendizagem e de prática é fundamental conter as facilidades de aprendizagem que são propostas pelo modelo de Wenger (1998).

4.1- Formação de uma comunidade de prática voltada para o ensino e aprendizagem

Utilizando o modelo proposto por Wenger (1998), verifica-se que a comunidade ADM_UFLA_2009_1 existente na Internet apresenta algumas funcionalidades típicas de uma comunidade de prática, mas nem sempre explorado em todo seu potencial, conforme pode ser observado nas Tabelas 1, 2 e 3.

Tabela 1: Tipos específicos de facilidades vinculadas ao modo pertencimento engajamento

Modo pertencimento-engajamento	Tipos específicos de facilidades	Grau funcionalidade	Exemplos
Facilidades de reciprocidade	1. Facilidades interacionais, espaços físicos e virtuais, tecnologias que permite o acesso recíproco no tempo e espaço.	2	Espaço virtual de interação no grupo ADM_UFLA_2009_1 e nos horários de aula.
	2. Tarefas conjuntas, que são atividades em grupo e disponibilidade para ajuda	2	Envio de dúvida para todos os usuários e um membro (ou mais) do grupo pode responder dúvidas, fazer críticas ou comentários a respeito de um assunto.
	3. Localização periférica:	1	O sistema de interação do grupo

	encontros entre fronteiras, maneiras de pertencimento, participação periférica, pontos de entrada, encontros casuais		permite a integração virtual. Encontros formais são feitos durante as aulas.
Facilidades de competência	1. Iniciativa, atividades que induzem ao conhecimento de engajamento, ocasiões para desenvolver soluções e tomar decisões.	2	Compartilha informações a respeito de mudança de horários, data de aula (quando necessário), listas de exercícios, recados de professores, entre outros.
	2. Responsabilidade: ocasiões para exercer julgamentos, negociação para empreendimento mútuo.	2	Os membros têm autonomia para exercer qualquer responsabilidade dentro do grupo sem a necessidade de aprovação do administrador
	3. Ferramentas: artefatos de suporte às competências, discursos, conceitos e delegação de facilidades	2	As ferramentas extras que o grupo possui são compartilhadas via e-mail com os membros do grupo.
Facilidade de continuidade	1. Memória reificativa, ou seja, repositórios de informação e documentação e mecanismos para a busca de informação	1	Todos as informações e arquivos são registrados e ficam armazenadas em uma biblioteca do próprio grupo.
	2. Memória participativa, que resultam encontros entre diferentes gerações, como o ato de contar histórias.	3	O grupo possibilita o acesso a memória participativa, mas não é utilizada com este intuito

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Legenda utilizada para responder o grau de funcionalidade para as Tabelas 1,2 e 3:

- 1- Funcionalidade existente totalmente
- 2- Funcionalidade existente mesmo que parcialmente
- 3- Funcionalidade inexistente

Com relação à tabela 1 percebe-se que a comunidade virtual pesquisada apresenta uma boa possibilidade para ser caracterizada como comunidade virtual de aprendizagem e de prática, pois mesmo que não apresente as funcionalidades plenamente desenvolvidas, apenas uma é inexistente, que é a facilidade de continuidade vinculada à memória participativa. Acredita-se que isto ainda não acontece pelo pouco tempo de criação da mesma. Por outro lado, já existem elementos vinculados à memória, como registro de todas as informações, o que facilita a continuidade e a perpetuação da mesma. A troca de informações ocorre plenamente, principalmente durante as aulas, onde são discutidos vários assuntos.

A tabela 2 é uma complementação da avaliação feita na tabela 1. Ela apresenta o modo de pertencimento do grupo, a partir do quesito imaginação, pois a mesma consegue realizar diversos tipos de facilidades vinculadas à imaginação como: a existência de um mapa simples que permite aos membros acessá-los a qualquer momento; o compartilhamento de ideias e interesses mútuos; a discussão entre os membros; além da perpetuação do grupo ao longo do tempo. A comunidade virtual pesquisada está em processo de amadurecimento, mais já apresenta possibilidades de inovar pelo compartilhamento de ideias conforme sugere Maria *et al* (2008). A única ação que não é desenvolvida pelo grupo está relacionada com a facilidade de exploração, pois não existe cenários alternativos para o desenvolvimento da comunidade.

Tabela 2: Tipos específicos de facilidades vinculadas ao modo pertencimento - imaginação

Modo pertencimento-imaginação	Tipos específicos de facilidades	Grau funcionalidade	Exemplos
Facilidade de	1. Localização no espaço:	2	O grupo possui um mapa bem

orientação	reificação das constelações através de mapas e outras ferramentas de visualização.		simples. Os membros podem acessá-lo a qualquer hora e em qualquer lugar desde estejam conectados à internet.
	2. Localização no tempo: trajetórias de longo alcance, doutrinas, museus.	2	Todas as postagens no grupo são registradas com data e hora e não são excluídas ao longo do tempo.
	3. Localização nas idéias: explicações, histórias.	2	O grupo é usado para que os integrantes troquem ideias, dúvidas e compartilhem interesses mútuos.
	4. Localização no poder, gráficos, transparência processual.	1	Tudo que ocorre no grupo é compartilhado com todos os seus membros sem restrições.
Facilidade de reflexão	1. Modelos e representações de padrões.	2	Todas as mensagens vindas do grupo chegam aos usuários da seguinte forma no prefixo do assunto “[adm_ufla_2009_1]”.
	2. Facilidades para comparações com outras práticas; licenças e outras quebras de ritmo	2	O grupo possibilita que o usuário discuta com uma gama de pessoas sobre determinado assunto.
Facilidade de Exploração	1. Oportunidades e ferramentas externas.	2	Pelo grupo são postadas oportunidades de estágios.
	2. Previsão de possibilidades e trajetórias futuras.	1	O grupo só se perde caso o acesso ao mesmo seja totalmente interrompido, o provedor feche ou o administrador o exclua.
	3. Criação de cenários alternativos, protótipos; jogos.	3	O grupo permite tal ferramenta, mas não utiliza.

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

A análise da tabela 3 corrobora com as demais (Tabela 1 e 2), pois a comunidade virtual pesquisada busca atingir, mesmo que parcialmente, todos os quesitos vinculados ao modo de pertencimento - alinhamento. Exceto no que diz respeito à facilidade de convergência onde a direção e a visão da comunidade estão comprometidas, pois os criadores não estão aptos a desenvolvê-las. A comunidade desenvolve plenamente a facilidade de coordenação, pois possui um discurso característico relacionado à linguagem informal (gírias e jargões). A comunidade é utilizada para propagar a criação de ideias e conhecimento conforme discutido por Wenger (1998).

Tabela 3: Tipos específicos de facilidades vinculadas ao modo pertencimento - alinhamento

Modo pertencimento-alinhamento	Tipos específicos de facilidades	Grau funcionalidade	Exemplos
Facilidade de convergência	1. Foco, causa ou interesse comum.	2	A utilização do grupo visa compartilhar informações sobre atividades acadêmicas, mas existe postagem com outras finalidades.
	2. Direção, visão. Há lideranças (criadores), porém não aptos à desenvolvê-la.	3	Não foi observado nenhum exemplo dentro deste tipo de facilidade.
	3. Entendimento mútuo, credo, valores, princípios.	2	O grupo se limita a passar arquivos de interesse comum a todos e que não prejudique nenhum membro.
	4. Lealdade, liderança, fontes de inspiração, persuasão.	2	As atividades são feitas de acordo com princípios que priorizam a legitimidade e lealdade dentro do grupo.

Facilidade de coordenação	1. Padrões e métodos, processos, procedimentos, planos, prazos e agendas.	2	Sempre que são solicitadas datas e prazos há a correspondência dos membros ao requerente.
	2. Divisão de trabalho	2	A maioria dos envios dos <i>e-mails</i> e arquivos para o grupo fica a cargo do administrador
	3. Estilos e discursos, por exemplo, uso da gíria.	1	O grupo utiliza linguagem informal (gírias e jargões).
Facilidade de decisão	1. Comunicação: transmissão de informação, propagação da descoberta, renegociação.	1	A propagação de informação é plena uma vez que todos recebem o que é enviado.
	2. Facilidades de fronteira: práticas de fronteiras, <i>brokers</i> , objetos de fronteira.	2	Não existe fronteira estrutural dentro do grupo.
	3. Facilidade de <i>Feedback</i> : coleção de dados, relatórios, medidas.	2	Como todos os dados são armazenados a qualquer momento pode ser dado <i>feedbacks</i> ou gerado relatórios (não foi feito pois não foi solicitado).

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Acredita-se que esta comunidade virtual tem potencial para tornar-se uma comunidade de prática e em alguns momentos ela já se apresenta como tal, na medida em que existe a interação e o engajamento espontâneo entre todos os membros (DIDIER; LUCENA, 2008; SOUZA-SILVA; SCHOMMER, 2008). Por outro lado, precisa desenvolver aspectos relacionados ao direcionamento da comunidade ao longo do tempo; bem como a criação de cenários a fim de permitir uma maior exploração da comunidade e da solidificação de uma memória participativa (perpetuação do grupo ao longo do tempo). Para tentar entender os motivos que dificultam o desenvolvimento dos aspectos mencionados anteriormente, realizou-se uma pesquisa junto aos membros da comunidade virtual com o propósito de definir os objetivos e as finalidades da mesma, o que será tratado na próxima subseção.

4.2- Objetivos e finalidades da comunidade virtual de prática

Nesta seção apresenta a análise descritiva do questionário respondido por 38 sujeitos pertencentes à comunidade virtual pesquisada. Segundo Hair *et al* (1998), uma análise de frequência pode ser realizada desde que haja, pelo menos, a resposta de 30 sujeitos. Todavia, o fato da comunidade possuir um total de 48 sujeitos impossibilita a aplicação de outras técnicas estatísticas, as quais, segundo Hair *et al* (1998) necessitam de um número maior.

A análise dos dados baseou-se na avaliação da frequência de fenômenos relevantes para a pesquisa. Todos os respondentes estão no curso de administração, o que a princípio já podia ser imaginado uma vez que a comunidade surge dentro do próprio curso de administração, contudo optou-se por manter esta pergunta, pensando na hipótese de alguma pessoa proveniente de outro curso pudesse em algum momento cursar disciplina junto com a turma de administração. Outro aspecto que já era esperado, uma vez que a comunidade foi criada no primeiro semestre do curso, relaciona-se com o período em que o entrevistado está matriculado. Neste sentido, 89,5% estão matriculados no máximo no terceiro período de administração e apenas 10,5% estão cursando outro período.

Com relação à idade dos entrevistados percebe-se que 78,9% estão entre 18 e 20 anos de idade. Dentro da amostra existe uma predominância por mulheres, as quais representam 60,5% dos entrevistados.

No que se refere ao tempo de participação dos entrevistados na comunidade virtual, verifica-se que 88,9% dos respondentes fazem parte da rede desde o momento de sua criação, justificado pelo fato de a comunidade ter sido criada no primeiro semestre em que entraram na faculdade com o propósito de facilitar a comunicação e o relacionamento entre todos os alunos.

No que diz respeito ao hábito de acessar a comunidade, verifica-se que 77,8 % dos respondentes afirmam ter o hábito de acessá-la, 22,22% afirmam não acessar e 5,56% não responderam. Estes números não são desprezíveis e acredita-se que novos mecanismos devem ser criados com o propósito de despertar o interesse em relação ao acesso a comunidade, uma vez que a mesma traz grandes benefícios para os usuários como pode ser observado na Figura 2. Entre o grupo dos que acessam a comunidade percebe-se que 80% acessam a comunidade com uma frequência semanal, o que demonstra uma grande assiduidade e interesse dos atores em relação ao que é disponibilizado no grupo.

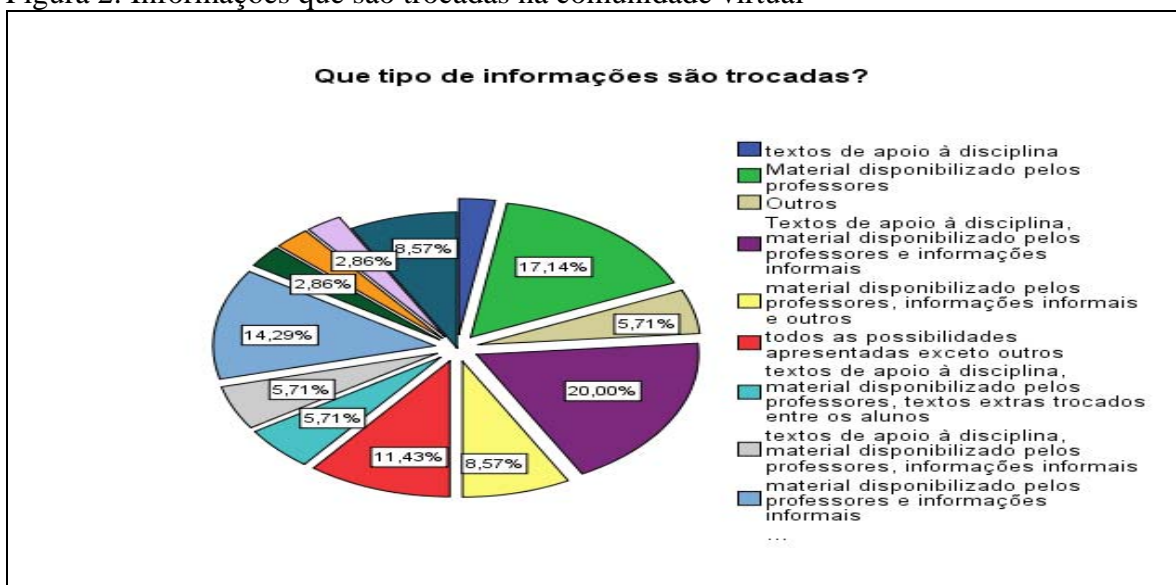
Ao analisar o objetivo principal da criação da comunidade virtual verifica-se uma predominância da troca de informação, que representa 74,29% dos respondentes, os demais motivos são apresentados na figura 1. Para Christopoulos e Diniz (2008), a criação perpassa pela união de pessoas interessadas em compartilhar uma prática, a qual neste caso é a troca de informações vinculadas ao processo de ensino e aprendizagem. A figura 2 apresenta os principais tipos de troca que ocorrem dentro da rede, podendo-se perceber que as mesmas são bem diversas. Contudo, como a comunidade tem um caráter acadêmico, estas trocas relacionam-se principalmente ao objetivo principal de criação da comunidade que é facilitar as trocas relativas à aprendizagem. Analisando criteriosamente o gráfico 2 verifica-se que o grande propósito da comunidade é disponibilizar aos seus membros materiais fornecidos pelos professores, os quais relacionam-se ao processo de ensino e aprendizagem. Adicionalmente a este propósito a tabela 4 apresenta outros tipos de informações que são trocadas.

Figura 1: Objetivo de criação da comunidade virtual



Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Figura 2: Informações que são trocadas na comunidade virtual



Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Na segunda parte do questionário trabalhou-se com questões relacionadas a uma escala de concordância de 5 pontos, tipo *likert*. A tabela 4 apresenta as informações relativas à frequência, à porcentagem e à média de cada uma das questões. A média foi calculada com o auxílio do programa SPSS®.

Tabela 4: Afirmações relacionadas com a comunidade de prática dentro de uma escala de concordância.

Assertivas	DT (1)		DP (2)		NCND (3)		CP (4)		CT (5)		Total		Média
	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	F	%	
Ocorrem trocas de informações entre os membros (processo de ensino/aprendizagem)	1	2,6	3	7,9	7	18,4	13	34,2	12	31,6	36	94,7	4,53
Participar da rede ajuda a melhorar o meu processo de aprendizagem relativo ao curso	1	2,6	3	7,9	7	18,4	13	34,2	12	31,6	36	94,7	3,89
A participação na rede social modifica o meu jeito de ser	22	57,9	6	15,8	5	13,2	3	7,9	0	0	36	94,7	1,69
A comunidade deveria oferecer algum tipo de informação diferente das já ofertadas	7	18,4	4	10,5	10	26,3	8	21,1	7	18,4	36	94,7	3,11
A rede social deveria ter algum tipo de liderança, a fim de organizar e conduzir as informações	4	10,5	2	5,3	5	13,2	9	23,7	16	42,1	36	94,7	3,86
A comunidade precisa de uma liderança para estimular a participação do grupo	6	15,8	5	13,2	2	5,3	11	28,9	12	31,6	36	94,7	3,5

A comunidade deveria trocar experiências com outros grupos com mesmo perfil	8	21,1	4	10,5	8	21,1	10	26,3	6	15,8	36	94,7	3,06
A comunidade deveria ter fóruns melhor organizados para estimular processo de ensino/aprendizagem	4	10,5	2	5,3	9	23,7	10	26,3	11	28,9	36	94,7	3,61

Legenda: DT (discordo totalmente); DP (discordo parcialmente); NCND (nem discordo, nem concordo); CP (concordo parcialmente); CT (concordo totalmente); F (frequência).

Fonte: Dados da pesquisa (2010)

Por meio desta pesquisa percebeu-se que a comunidade virtual formada possui características que nos permite dizer que a mesma pode funcionar como uma comunidade de prática, uma vez que 65,8% dos respondentes concordam, mesmo que parcialmente, que a mesma proporciona trocas de informação capazes de auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, além de concordarem que a comunidade possibilita de forma efetiva a melhora da aprendizagem (Tabela 4). Isso sinaliza para o incentivo de formação, criação, desenvolvimento e consolidação deste tipo de prática em outros contextos, uma vez que este tipo de instrumento pode apresentar uma nova possibilidade de despertar o interesse de alunos relativo ao processo de ensino-aprendizagem, ou seja, não se aprende apenas em sala de aula, mas em outros contextos e ambientes. Para Wenger (1998), os membros de uma comunidade estão informalmente vinculados, porque eles fazem juntos diversas atividades e aprendem por meio do compromisso mútuo e isso é observado neste tipo de resposta.

A afirmação que apresentou o maior grau de discordância foi “a participação na rede social modifica o meu jeito de ser”, onde 73,7% dos respondentes discordam pelo menos em parte que participar da rede modifica o seu jeito de ser. Esta tendência também foi percebida no estudo realizado por Oliveira e Christopoulos (2009).

Com relação à afirmação “a comunidade deveria oferecer algum tipo de informação diferente das já ofertadas”, 39,5% concordam pelo menos em parte, 26,3% nem concorda, nem discorda e 28,9% discordam pelo menos em parte. Nesta questão não houve um consenso de resposta o que pode perceber pela homogeneidade de resposta em todas as possibilidades.

A afirmação “a rede social deveria ter algum tipo de liderança, a fim de organizar e conduzir as informações disponíveis” possui 67,7% de concordância parcial entre os entrevistados, tal fato pode ser confirmado pela Tabela 3, quando trata-se da facilidade de coordenação, percebendo que a comunidade possui um administrador, o qual é o responsável por articular as informações. A questão “a comunidade precisa de uma liderança para estimular a participação do restante do grupo” é complementar a anterior e apresenta 60,5% de concordância pelo menos parcial dos respondentes. Para Wenger (1998), o desenvolvimento de uma comunidade de prática depende, em última instância, de uma liderança interna, a qual é percebida e valorizada pelos atores que responderam ao questionário. Essa liderança, segundo Wenger (1998), visa legitimar a comunidade como um local de partilha e construção do conhecimento. Ela pode ser formal ou informal, porém deve ter legitimidade intrínseca na comunidade. No caso percebe-se a emergência de liderança, na medida em que todos os atores têm acesso a todo o tipo de informação a partir do cadastro realizado pelo administrador.

Com relação a afirmação “a comunidade deveria trocar experiências com outros tipos de grupo com o mesmo perfil” não existiu uma prevalência de resposta entre os entrevistados, sendo que 31,6% discordam pelo menos em parte, 21,1% nem concorda nem discorda e 42,1% concordam pelo menos em parte com a afirmação. Didier e Lucena (2008) enfatizam

que a interação entre as pessoas e a vivência de diferentes problemas permitem a construção de um processo de ação e reflexão, a partir dos quais são construídas soluções, a fim de contribuir para que novas demandas de trabalho sejam realizadas de maneira efetiva.

A afirmação “a comunidade deveria ter fóruns melhor organizados com o propósito de estimular o processo de ensino/aprendizagem” houve um predomínio de 55,2% dos entrevistados concordando pelo menos em parte com a afirmação. Porém 23,7% nem concordam nem discordam e 15,8% discordam pelo menos em parte. Borgatti e Foster (2003) afirmam que as comunidades são informais e sustentam na idéia básica de que as práticas e os novos conhecimentos surgem a partir da interação entre os indivíduos envolvidos em um empreendimento conjunto. Neste sentido, as comunidades parecem não necessitar de fóruns organizados para que as mesmas aconteçam, contudo pensando no crescimento e na longevidade da mesma uma certa formalização ajudaria sua perpetuação.

5- Considerações finais

A comunidade virtual pesquisada apresenta alguns traços de comunidade de prática conforme protocolo de Wenger (1998), uma vez que existem várias funcionalidades em termos de pertencimento relacionados com engajamento, imaginação e alinhamento. Em relação a continuidade e a reciprocidade que representam modos de pertencimento vinculados aos engajamentos, estes foram plenamente identificados na comunidade pois existe uma memória, na medida em que tudo que é discutido é também registrado e armazenado, e em relação a reciprocidade a mesma ocorre, não só por meio virtual, como também no presencial (sala de aula). A facilidade de orientação e exploração presente no modo de pertencimento imaginação apresentam características de comunidade de prática desenvolvidas pelo grupo em análise, pois tudo que ocorre no grupo é compartilhado com todos os membros sem restrições, onde a perpetuação do mesmo é garantida. Com relação ao modo de pertencimento alinhamento verificou-se a existência plena de dois pontos referentes à caracterização do grupo como comunidade virtual de prática: um refere-se à coordenação e relaciona-se ao estilo do discurso que é desenvolvido entre os membros da comunidade, por meio de gírias; e o segundo pela facilidade em tomar decisão, que relaciona com o processo de comunicação adequado e existente na comunidade virtual e de prática pesquisada. Todos estes aspectos possibilitam afirmar que no mínimo parcialmente esta rede social, também identificada como comunidade virtual possui alguns traços plenos de uma comunidade de prática, o que seria pertinente é a ampliação e o fortalecimento da mesma como tal. Segundo Cardoso (1998), a comunidade virtual e de prática possibilita aos seus atores o estabelecimento de novas teias de sociabilidade, de laços sociais com pessoas que não conhecem fora da rede e também estabeleçam novas formas de sociabilidade com pessoas que já conhecem previamente no mundo físico.

Contudo, ao analisar aspectos relacionados ao capital social e às redes, percebe-se que tal comunidade é caracterizada por uma rede densa e fechada, permeada por laços fortes e contatos redundantes. Para o crescimento e desenvolvimento da mesma talvez fosse necessário acrescentar novos contatos. Isso poderia acontecer, por meio da entrada de novos professores, os quais raramente possuem vínculos prévios com a turma. Estes poderiam funcionar como possíveis pontes capazes de gerar novas oportunidades estratégicas (GRANOVETTER, 1985, BURT, 1992). Outro ponto a ser considerado é a possibilidade de alteração do nome da comunidade para evitar uma relação temporal (ADM_UFLA_2009_1), bem como a possibilidade de outras turmas poderem participar da mesma. A comunidade virtual pesquisada poderia funcionar como uma ligação entre alunos de diferentes fases do curso e que estejam cursando diferentes disciplinas.

A contribuição deste trabalho é apresentar uma possibilidade a ser utilizada por professores e alunos no processo de ensino e aprendizagem que é a comunidade virtual como

um meio de desenvolver a prática, ou seja, por meio de uma comunidade virtual ou uma rede social criada com o propósito de reunir indivíduos interessados em aprender algo. É um instrumento capaz de contribuir no ensino e na aprendizagem, na medida em que são apresentados recursos como discussões mediadas por um moderador com o propósito de despertar ou incentivar o processo de aprendizado.

Estas comunidades se apresentam como um instrumento a mais e muito utilizada no mundo atual, assim, é fundamental utilizá-la como algo a favor do processo de ensino e aprendizagem. Ou seja, professores ao iniciar uma disciplina poderiam informar da existência de tal comunidade, verificar a possibilidade de inserir-se na mesma e buscar mecanismos capazes de estimular a discussão, o interesse e o comprometimento do grupo envolvido. Assim, estas comunidades poderiam se tornar comunidades de práticas, as quais visam a participação e o engajamento de cidadãos vinculados a uma causa em específico. Vale ressaltar que a Universidade Federal de Lavras tem incentivado o uso de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) como ferramenta complementar ao ensino presencial e que também permite interação entre alunos e professores, porém em disciplinas específicas e de forma isolada. Assim o que seria pertinente é a ampliação deste tipo de ambiente, por meio de uma maior participação e integração entre as diversas áreas do conhecimento.

O trabalho apresenta limitações uma vez que se restringiu a pesquisar uma única comunidade virtual, a qual foi criada com o propósito de compartilhar informações vinculadas ao processo de ensino e aprendizagem. Contudo, acredita-se que este é um trabalho que pode ser utilizado como referência para pesquisas futuras em contextos maiores e mais complexos.

Referencias Bibliográficas

- AMATO NETO, A. J. Redes de cooperação produtiva: uma revisão conceitual. AMATO NETO, A. J. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais**. Oportunidades para pequenas e médias empresas. São Paulo: Atlas, 2001. 41-80p.
- ARREGLE, J.; HITT, M. A.; SIRMON, D. G.; VERY, P. The Development of Organizational Social Capital: Attributes of Family Firms. **Journal of Management Studies** 44:1 jan. 2007.
- BORGATTI, S. P.; FOSTER, P. The networking paradigm in organizational research: a review and typology. **Journal of Management**. n. 29, 2003. 991-1013p.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BURT, R.S. The social structure of competition. In: NOHRIA, N.; ECCLES, R. G. **Networks and organizations: structure, form and action**. Boston: Harvard School Press, 1992.
- CARDOSO, G. **Para uma Sociologia do Ciberespaço: Comunidades Virtuais em Português**. Oeiras: Celta, 1998.
- CHRISTOPOULOS, T. P.; DINIZ, E. H. Sustentação das comunidades virtuais de aprendizagem e de prática. **Organizações em contexto**, ano 4, n. 8, dez, 2008.
- COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**. v. 94, 1988. 95-120p.
- DIDIER, J. M. O. L.; LUCENA, E. A. Aprendizagem de praticante da estratégia: contribuições da aprendizagem situada e da aprendizagem pela experiência. **Organizações e Sociedade**. v.15, n.4, jan/mar, 2008.
- FRANÇA-FILHO, G. C.; SCHOMMER, P. C. Gestão social e aprendizagem em comunidades de prática: interações conceituais e possíveis decorrências em processos de formação. In: SILVA JUNIOR, J. T. et. al. (organizadores) **Gestão Social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.
- GRANDORI, A.; SODA, G. Inter-firm network. Antecedents, Mechanisms and Forms. **Organizations Studies**. V. 16, n. 2, 1995. 183-214p.
- GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**. v. 91, n. 3, nov. 1985. 481-510p.

GRANOVETTER, M. S. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v. 6, 1973. 1360-1380p.

HAIR, J. F.; ANDERSON, R. E; TATHAM, R.L; BLACK, W.C. **Multivariate data analysis**. Fifth edition. New Jersey:Prentice Hall, 1998.

HOFFMAN, J.; HOELSCHER, M.; SORENSON, R.; Achieving Sustained Competitive Advantage: A Family Capital Theory **Family Business Review**, v. 19, n. 2, jun. 2006.

HUTT, M. D.; STAFFORD, E. R.; WALKER, B. A.; REINGEN, P. H. Case study: defining the social network of a strategic alliance. **Sloan Management Review**. Winter, 2000.

JUNQUEIRA, L.A P. Gestão social: organização, parceria e redes sociais. In: CANÇADO, A. *et al.*(orgs.) **Os desafios da formação em gestão social**. Palmas-TO: Provisão, 2008. 446p.

MARIA, A. S. R. I.; FARIA, V. C. M.; AMORIN, M. A. A comunidade de prática da rede Nós: colaborando e compartilhando conhecimentos em arranjos produtivos locais. **Organizações e Sociedade**. v. 15, n. 4, jan/mar, 2008.

NOHRIA, N. Is a network perspective a useful way of studies organizational? In. NOHRIA, N.; ECOLES, G. **Networks and organizations: structure, form and action**. Boston: Harvard Business School Press, 1992.

OLIVEIRA, D. R. C.; CHRISTOPOULOS, T. P. Comunidade Virtual de Aprendizagem e de Prática e o Hip Hop. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 33, 2009, São Paulo, **Anais...** São Paulo: ANPAD, 2009.

PROCOPIUCK, M.; FREY, K. Redes sociotécnicas de difusão de TICs em Porto Alegre e Curitiba. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 31, 2007, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007.

PROVAN, K. G.; HUMAN, S. E. Organizational learning and the role of the network broker in small-firm manufacturing. In: GRANDORI, A. **Interfirm networks: organization and industrial competitiveness**. London: Routledge, 1999.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 260p.

SOUZA-SILVA, J. C.; SCHOMMER, P. C. A pesquisa em comunidades de prática: panorama atual e perspectivas futuras. **Organizações e Sociedade**. v. 15, n. 4, jan/mar, 2008.

VALE, G. M. V. **Territórios vitoriosos: o papel das redes organizacionais**. Editora: Garamond/Sebrae. 2007. 206p.

WENGER, E. **Communities of practice: learning, meaning and identify**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

YIN, R.K. **Case study research: design and methods**. Newbury Park, California: Sage Publications, 1990. 166 p.